A SAÚDE MAIS PROPÓSITO DO

FORTE DEPENDE DE UM SEU CORAÇÃO



Tomando a decisão de assinar esse formulário abaixo, e coletar assinaturas, enviando aos Conselhos de Saúde, você pode aumentar os investimentos federais em saúde. São mais de 35 bilhões de reais pleiteados para o SUS. Uma verba que o Brasil precisa usar para salvar vidas e promover o bem estar do seu povo.

Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública Marca(s) e endereço(s) da(s) Entidade(s) que esta(ão) organizando a coleta de assinaturas

Essa é a ficha de assinaturas elaborada em conjunto por dezenas de entidades supra-partidárias, que se uniram com o propósito comum de mudar a lei que determina o investimento do Governo Federal na área da Saúde. O enunciado que precede as assinaturas deve ser igual em todas as fichas de assinaturas espalhadas em mais de 5 mil municípios brasileiros pelas diversas organizações que compõe o movimento social "Saúde + 10". Ele reivindica um investimento de 10% das receitas correntes brutas da União para os setores da saúde pública.

Essa é uma necessidade e uma angústia dos brasileiros há muito tempo. E os cidadãos brasileiros têm o direito de decidir onde querem que o dinheiro dos seus impostos seja aplicado.

Havia uma esperança de que essa aplicação fosse determinada pela regulamentação da Emenda Constitucional 29, mas isso não aconteceu. Portanto, agora, só a força da vontade popular pode mudar a legislação aprovada no Congresso Nacional.

Para participar, você deve baixar esse formulário do site:

www.saudemaisdez.org.br.

Assine e colete assinaturas, e envie o formulário para o CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE: **Esplanada dos Ministérios**, **Bloco "G"** - **Edifício Anexo**, **Ala "B"** - 1° **andar** - **Sala 103B** - **70058-900** - **Brasília**, **DF**

CASO PREFERIR, TAMBÉM PODE ENVIAR PARA O CONSE-LHO ESTADUAL DE SAÚDE DO SEU ESTADO.

Precisamos coletar 1,5 milhão de assinaturas para ter o direito de propor um Projeto de Lei de Iniciativa Popular no Congresso Nacional. É por isso que a Saúde brasileira depende de um propósito firme do seu coração em assinar este formulário.

A primeira contagem de assinaturas será feita em 30 de outubro. A segunda, em 15 de dezembro. A meta é entregar o projeto, com todas as assinaturas necessárias, no dia 7 de abril no Congresso Nacional.

Projeto de lei de Iniciativa Popular sobre o repasse de 10% das receitas correntes brutas da União para a Saúde Pública Brasileira.

O presente abaixo assinado de projeto de lei de iniciativa popular tem por objetivo assegurar o repasse efetivo e integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública brasileira, alterando, dessas forma, a Le Complementa nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Entendendo a necessidade da definitiva priorização da saúde pelos governos, o MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA, exige, juntamente com o controle social e toda a sociedade, transparência e correta aplicação desses recursos no Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo um sistema justo e de qualidade para o povo brasileiro. Sendo assim, esse documento será encaminhado à Câmara dos Deputados, nos termos dos artigos. 1º, 14, II I e artigo 61, § 2º, da Constituição Federal.

Nome			Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Enderego			Municipio/UF	
Nº Titulo de Eleitor	Zona	Seção	Município/UF	
Nome			Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Munícipio/UF	
Nº Titulo de Eleitor	Zona	Seção	Município/UF	–
	'			·
Nome			Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Municipio/UF	
√° Titulo de Eleitor	Zona	Seção	Município/UF	
Nome			Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Municipio/UF	
Nº Titulo de Eleitor	Zona	Seção	Município/UF	
Nome			Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Municipio/UF	
√° Titulo de Eleitor	Zona	Seção	Município/UF	
Nome			Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Endereço			Munícipio/UF	
Nº Titulo de Eleitor	Zona	Seção	Município/UF	-

Saúde 10



cente visito des arbeits con influente productions con a consideration in product Configurations con a prosection of the consideration of the consideration

I CONTROL OF THE PROPERTY OF T

O título eleitoral confere ao cidadão brasileiro o poder para propor leis no Congresso Nacional, desde que reúna-se 1% de assinaturas do eleitorado. É assim que a sociedade brasileira vai definir um novo orçamento para a Saúde – pela vontade popular e pela força da mobilização.

riado há 21 anos, o Sistema Único de Saúde é um modelo de contradição: embora se constitua no único meio de acesso aos serviços de saúde para mais de 70% dos brasileiros, o sistema aberto e gratuito recebe das diversas esferas de governo menos dinheiro do que a iniciativa privada costuma gastar para atender os 30% restantes da população. Em nenhum outro país do mundo é assim, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. O gasto público do Brasil com saúde é

um terço menor que a média mundial. A despesa estatal brasileira é um terço menor do que a média mundial. Para Adib Jatene, ex-Ministro da Saúde, o orçamento do SUS precisa dobrar.

A regulamentação da Emenda Constitucional 29 foi aguardada por mais de uma década como uma esperança de solução, pois deveria definir com clareza o que são gastos e saúde e determinar o percentual de aplicação das receitas em Saúde. No entanto, quando foi aprovada no Congresso, tornou-se uma decepção: não impôs ao governo

federal qualquer obrigação além daquelas que já estavam consolidadas.

Estudos internacionais mostram que o mundo se debate tentando encontrar fórmulas que revertam a tendência de agravamento da crise dos sistemas de saúde, provocada pela mudança do perfil demográfico e epidemiológico, o incremento acelerado de novas tecnologias, a "desresponsabilização solidária" dos entes envolvidos (profissionais, usuários e gestores) e o desequilíbrio ecológico crescente.

O Brasil tenta aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS), o problema é que, apesar das respostas oferecidas pelo sistema em pouco mais de duas décadas de existência, o subfinanciamento drástico compromete sua evolução e o impede de cumprir os princípios constitucionais da universalidade, da integralidade e da equidade. No Brasil, a saúde é subfinanciada!

Segundo dados da OMS, o Brasil

EMENDA CONSTITUCIONAL - 29

- União Empenhado no ano anterior + variação nominal do PIE
- Estados 12% da arrecadação de impostos e das transferências constitucionais
- Municípios 15% da arrecadação de impostos e dos recursos das transferências constitucionais

compromete 8,4% do PIB com saúde, mas apenas 43% do percentual total é gasto público, um dos mais baixos do mundo; do orçamento público, apenas 5,9% são gastos com saúde (igual à média da África); os gastos privados já somam 56,4% do gasto total num sistema que pretende-se universal e gratuito. A União, que em 1993 era responsável por 72% dos gastos públicos com saúde, em 2008 respondeu apenas por 43,5%, enquanto estados e municípios somados respondem por 56,2%.

A Emenda Constitucional nº 29, regulamentada pela Lei nº 141/12 definiu que estados e municípios deveriam destinar 12% e 15%, respectivamente, de suas receitas com saúde, mas foi incapaz de definir 10% das receitas correntes brutas (RCB) da União para o mesmo fim, frustrando a expectativa de milhões de brasileiros.

Sem alternativa, várias entidades, entre elas o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), criaram o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública (Saúde + 10), com o objetivo de coletar 1,5 milhão de assinaturas (1% dos eleitores do país, no mínimo, em cinco estados) para dar entrada no Congresso Nacional em um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que estabeleça essa obrigação. Em outubro e novembro, serão feitas as avaliações dos resultados das coletas. A meta é entrar com o projeto de lei no Congresso Nacional em abril de 2013.

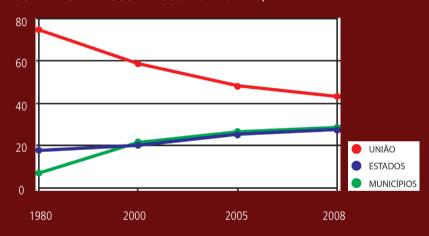
COMPARAÇÕES DO GASTO PÚBLICO EM SAÚDE NO BRASIL E OUTROS PAÍSES

43,6%	BRASIL	
76,9%	Alemanha	
70,6%	Dinamarca	
85,0%	Canadá	
73,6%	Espanha	
77,9%	França	
67,8%	Portugal	
84,1%	UK	

EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE NA HISTÓRIA DO SUS

1993		
72%	União	
12%	Estados	
16%	Municípios	
2008		
43,5%	União	
27,6%	Estados	
28,6%	Municípios	

PARTICIPAÇÃO NA DESPESA COM SAÚDE POR ESFERA DE GOVERNO DE 1980 A 2008. FONTE: CONASS. 2011



ANÁLISE COMPARATIVA DO FINANCIAMENTO DO SUS

RESUMO ESTIMATIVAS DE RECURSOS PARA GARANTIR COBERTURA À SAÚDE UNIVERSAL E INTEGRAL – BRASIL, 2010. FONTE: GILSON CARVALHO

Hipóteses	Total em R\$ Bilhões	O que falta à saúde pública brasileira em R\$ Bilhões
Usando o mesmo PC dos Planos de Saúde	298	160
Usando a média de 5,5% PIB mundial com saúde pública	198	60
Usando PC público dos países de maior renda — 2.589 US - PPP, 2008	742	604
PC público da Europa – 1.520 US - PPP, 2008	435	297
PC público das Américas — 1.484 US - PPP	425	287

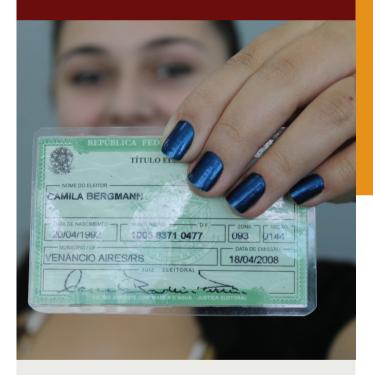
TODA A FORMA DE PODER

"Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição".

Constituição do Brasil - Art. 1º, parágrafo único.

Por que 10%?

Todo dinheiro que o governo usa sai do bolso do povo. O povo tem o direito de dizer onde quer que o seu dinheiro seja usado. O dinheiro do povo que o governo destina para a saúde é pouco. É preciso aumentar este percentual para que o Governo Federal possa investir mais e melhor no SUS.



O poder oculto do título: além de conceder ao cidadão o direito de escolher seus representantes no executivo e legislativo, o título de eleitor permite propor projetos de lei de iniciativa popular no Congresso Nacional. No entanto, para poder tramitar, é necessário o recolhimento de 1,5 milhão de assinaturas de eleitores. Faça valer o seu título e mude a lei brasileira em relação à Saúde.

Para que 10%?

Para cuidar da saúde é preciso promover práticas corretas como alimentação, atividade física entre outras. Para cuidar da saúde é preciso proteger com vacinas, remédios e outras ações básicas. Quando falta a promoção e a proteção acontece a doença, aí é preciso recuperar a saúde com exames, remédios, internação, operação etc... Isso custa caro! É preciso mais dinheiro no SUS para garantir a promoção, a proteção e a recuperação da saúde. Quanto menos dinheiro para a promoção e proteção, mais dinheiro é preciso para a recuperação da saúde, ou seja, para curar a doença. Dez por cento da Receita Corrente Bruta é o mínimo que o Governo Federal deve colocar no SUS para melhorar a promoção, a proteção e a recuperação da saúde

"Os gestores têm a obrigação de qualificar a gestão. É fato, mas com (sub) financiamento agredindo a racionalidade responsável para um setor vital ao desenvolvimento do país, é impossível fazê-la e insensato calar. 10% das RCB já! Sua assinatura fortalece a saúde do Brasil."

(JURANDIR FRUTUOSO, Médico Sanitarista / Secretário Executivo do CONASS)

"O Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, voltado para a formação de lideranças e ativismo em saúde possui 23 núcleos em 18 estados brasileiros, e todos estão engajados no trabalho de coleta de assinaturas, em feiras, praças, eventos. Este é também um momento que a CEBES tem oportunizado para discutir e conscientizar as pessoas da importância da saúde." (ANA COSTA/ CEBES)